

ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS PESCADORAS E O DIÁLOGO COM AS PESCADORAS DO SERTÃO DE PERNAMBUCO

Maria do Rosário de Fátima Andrade Leitão¹

RESUMO

O artigo foi elaborado a partir dos resultados de pesquisa contemplada em Edital CNPq, na qual se buscou dialogar com o movimento social Articulação de Mulheres Pescadoras e com os dados obtidos em diagnóstico no Sertão de Pernambuco - Brasil. O trabalho de campo desenvolvido a partir do conceito de pesquisa-ação Thiollent (1985), foi fundamentado nas categorias de análise conceituais: pesca artesanal, políticas públicas e conflitos ambientais. Conclui-se, na pesquisa que um dos grandes desafios nos conflitos sociais relacionados a trabalho e meio ambiente no Rio São Francisco se refere à participação social, ou seja, a inclusão dos diferentes atores sociais no debate, planejamento e gestão dos recursos hídricos.

1 INTRODUÇÃO

Ao iniciarmos a pesquisa “COLETA E RECICLAGEM: geração de renda e cidadania na pesca artesanal”, no âmbito do edital CNPq 29/2009, nos confrontamos com resultados que revelam que as pescadoras dialogam com conhecimentos sobre as contradições relacionadas aos modelos de desenvolvimento e os impactos ambientais. A pesquisa consistiu em coletar narrativas que envolvem saberes que geralmente não são considerados em programas e políticas públicas sobre recursos hídricos e uso sustentável dos recursos pesqueiros. Apesar desta população geralmente não participar ativamente na concepção dos projetos, programas e políticas públicas, os impactos destas intervenções, na maioria das vezes, afetam a vida cotidiana dos/as pescadores/as tradicionais.

Na pesquisa que envolveu 21 Municípios de Pernambuco e ouviu mais de 800 mulheres pescadoras, no que se refere ao tema conhecimento tradicional, programas e políticas públicas no diálogo com impactos ambientais, uma das grandes contribuições consiste na letra da música **PRESERVANDO A VIDA**, criada em 27 de janeiro 2011, na oficina de diagnóstico por nós realizada sobre gênero, trabalho e meio ambiente, na Colônia

¹ Professora Doutora Universidade Federal Rural de Pernambuco. E-mail: rosario@dlch.ufrpe.br

de Pescadores/as Z-13, em Jatobá, Sertão de Pernambuco. As compositoras são as pescadoras Maria das Neves, Glorinha, Ana Lúcia e Carminha, mulheres que abordam: a questão da água, especialmente do Rio São Francisco, privatização dos recursos naturais, violência institucional, desenvolvimento, desigualdade social e preservação ambiental na pesca artesanal.

A pesquisa de campo iniciou em dezembro de 2010, quando foi realizado um encontro por dois dias na hospedagem Seminário Cristo Rei², entre o Grupo de Pesquisa Desenvolvimento e Sociedade CNPq/UFRPE e membros do movimento social Articulação de Mulheres Pescadoras de Pernambuco, para decidir os temas e as comunidades que visitaríamos no processo de coleta de dados. Neste encontro foi acordado que a pesquisa incluiria no Sertão os municípios: Ibimirim, Stª Maria da Boa Vista, Itacuruba, Jatobá e Pedrinhas.

A nossa escolha pelo diálogo com o movimento social Articulação de Mulheres Pescadoras de Pernambuco se fundamenta na trajetória por elas estabelecida na luta pela inserção e acesso aos direitos sociais, aos quais as mulheres que atuam na cadeia produtiva da pesca artesanal. Considerando que até 1978/79 as pescadoras estiveram invisibilizadas e à margem dos seus direitos laborais que envolvem acesso a aposentadoria, a licença maternidade, ao auxílio doença (Leitão:2010) e (Leitão :2009).

As pescadoras que hoje lideram Articulação de Mulheres Pescadoras de Pernambuco, iniciaram suas lutas nas décadas de 1980 e 1990, posteriormente em 2004 organizam o este movimento social, composto por lideranças políticas de pescadoras pernambucanas, durante a Conferência Nacional das Trabalhadoras da Pesca em Brasília³.

(Veras e Leitão, 2012:201), (Inácio e Leitão, 2012:171), (Furtado e Leitão, 2012:221), em capítulos do livro “Gênero e Trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais”, resgatam a história das conquistas das pescadoras no que se

² Localizado no Município de Camaragibe-PE, espaço administrado pela igreja católica, onde se realizavam eventos de diferentes enfoques: conferências, seminários, reuniões, assembleias e retiros.

³ A Conferência Nacional da Pesca Artesanal é um marco histórico na luta de resistência e afirmação da identidade e da autonomia dos pescadores e pescadoras artesanais, que pela mística e pelo modo de ser e de viver, expressa o desejo da superação de todas as formas de injustiça. Disponível <<http://www.cppnac.org.br/wp-content/uploads/.../relatoriodescritivo.doc>> Acesso em fevereiro de 2013

referem às políticas públicas que lhes possibilitou acesso ao Registro Geral da Pesca, a espaços de poder dentro das Colônias de Pescadores/as e a criação e legitimação do movimento social Articulação de Mulheres Pescadoras de Pernambuco.

A diretoria do movimento social é formada por seis pescadoras, o mandato é de dois anos, a atual gestão está composta por pescadoras de diferentes municípios pernambucanos, – Joana Mousinho (Colônia Z-10- Itapissuma), Maria Aparecida (Colônia Z-25 - Piedade), Maria das Neves dos Santos (Colônia Z-18 – Lagoa do Carro), Cícera Estevão Batista (Colônia Z-07 – Rio Formoso), Ana Angélica (Povos de São Lourenço) e Maria da Guia (Floresta).

Vale ressaltar que a pesquisa se propõe a contribuir no debate sobre gênero, trabalho e cidadania, a partir das seguintes questões que se fundamentam na teoria feminista a partir de (Scott: 1989):

- Quais são os mecanismos que convertem as demandas das mulheres em demandas das sociedades em geral;
- Quais os discursos que legitimam ou deslegitimam as solicitações femininas;
- Quais são os mecanismos, os atores e estratégias que promovem certos temas ao debate político e a concretização em políticas públicas inclusivas;
- Quais são os mecanismos de participação e empoderamento das mulheres nas relações sociais na pesca artesanal.

Neste artigo, serão analisados dados da Colônia de Pescadores/as Z -13, no Município de Jatobá, que possuía em janeiro de 2011, 470 associados, sendo 270 pescadores e 200 pescadoras. Foi realizada uma oficina de diagnóstico sobre meio ambiente e contou com a presença de 44 mulheres, onde foi possível estabelecer diálogo sobre o cotidiano relacionado ao trabalho e as questões ambientais por elas vivenciadas. Atualmente esta entidade de classe é presidida por Iolanda Nunes Moura dos Santos, uma pescadora que anteriormente foi membro do comitê gestor do movimento social Articuladora das Mulheres Pescadoras.

Neste diagnóstico socioambiental, a pescadora Maria das Neves em sua fala às colegas explicou a necessidade de cuidar do meio ambiente o que para elas inclui a preservação das espécies e da biodiversidade aquática. No seu diálogo ela alerta que “aquela que está

pescando com a “malha fina”⁴, eu não a considero uma pescadora. Ela é uma criminosa! Está matando as espécies de peixinhos pequenos. Porque a gente tem uma meta para pegar o peixe. Essa pessoa não pode ser considerada uma pescadora, essa pessoa deve ser considerada uma predadora. E é por isso que hoje eu tenho essa consciência. Porque eu também já fui criminosa”. Sua fala exaltou a mudança comportamental resultado da troca de saberes no processo de conservação/preservação ambiental.

Importante explicar em que consiste o trabalho da pesca, aqui escolhemos a definição estabelecida na Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998⁵, que legisla sobre Crimes Ambientais, no seu CAPÍTULO V, Seção I, Art. 36, no qual considera: “pesca todo ato tendente a retirar, extrair, coletar, apanhar, apreender ou capturar espécimes dos grupos dos peixes, crustáceos, moluscos e vegetais hidróbios, suscetíveis ou não de aproveitamento econômico”.

Possivelmente Maria das Neves, ao falar em crime, se referindo a pesca com malha fina, relacionava a ação com a Lei acima citada, especialmente ao que CAPÍTULO V, Seção I, Art. 34, no qual está prevista a pena de detenção, de um a três anos, ou multa, ou ambas cumulativamente, as seguintes ações:

- Pescar em período no qual a pesca seja proibida ou em lugares interditados por órgão competente;
- Pescar espécies que devam ser preservadas ou espécimes com tamanhos inferiores aos permitidos;
- Pescar quantidades superiores às permitidas, ou mediante a utilização de aparelhos, petrechos, técnicas e métodos não permitidos;
- Transportar, comercializar, beneficiar ou industrializar espécimes provenientes da coleta, apanha e pescas proibidas.

Vale ressaltar que durante o período reprodutivo das espécies de peixes no Rio São Francisco, a atividade pesqueira torna-se proibida por lei. Oficialmente, a pescaria é interrompida durante um período, em Pernambuco, segundo o Ministério do Trabalho e Emprego, que corresponde aos meses de novembro a fevereiro. Nesse intervalo, os/as

⁴ Nas malhas-finas a trama da rede é inferior a 70 milímetros de diâmetro, geralmente são utilizadas pela pesca de arrasto, por outro lado as malhas com medidas maiores só pegam peixes adultos, o que garante a reprodução das espécies. Informação repassada em entrevistas pelas pescadoras.

⁵ Acesso em 10 de junho de 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>.

pescadores/as recebem um seguro denominado defeso⁶, essa intervenção governamental tem como objetivo a conservação dos estoques pesqueiros locais. No entanto, as mulheres, devido às desigualdades sociais dentro das Colônias de Pescadores/as tem mais dificuldade em acessar este seguro.

Maria das Neves Santos, pescadora conhecida como Maria das Águas, da colônia Z-18, membro da Articulação de Mulheres Pescadoras e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Capibaribe⁷, ao fim da reunião explicou como foi o processo de criação da letra e música de PRESERVANDO A VIDA, segundo esta pescadora, enquanto ela desenhava o Surubim (que é um peixe que está em extinção), “aí deu um estalo aqui na mente e eu peguei um papel e uma caneta e eu senti falta de música. Aí surgiu uma melodia e a gente fez rapidinho, ensaiou”. A música foi entoada ao final da reunião.

Os rios com água
Eu preciso
Seu doutor
Não privatize
Não mate os peixes
Não sobrevivo
Sou pescador

É preciso apelar para a consciência
Muitas coisas é preciso para existência
E permanência de peixes, em rios e lagos
Até o mar⁸ já foi privatizado
Lutamos contra
É violência, está errado

Lutamos contra o desenvolvimento insustentável
Que mata os peixes e privatiza os nossos lagos
E o velho Chico está sendo violado

⁶ Para ter acesso às parcelas do seguro desemprego, concedidas a cada 30 dias, o pescador deve comprovar que está inscrito no Ministério de Pesca e Aquicultura há pelo menos um ano, apresentar o atestado da colônia de pescadores artesanais confirmando o exercício da atividade, carteira de identidade ou de trabalho, comprovante de pagamento das contribuições previdenciárias e do número de inscrição de Segurado Especial. Disponível <<http://portal.mte.gov.br/portal-mte/>> Acesso em 28 de junho de 2013.

⁷ Data de Instalação em 23.03.2007, com 45 membros e 42 municípios. Disponível em <http://www.apac.pe.gov.br/pagina.php?page_id=7&subpage_id=42> Acesso em 25 de junho de 2013.

⁸ A referencia a privatização do mar, possivelmente está relacionado ao Projeto Beijupirá, desenvolvido pela empresa pernambucana Aqualider, no qual tanques-redes instalados a cerca de 11 quilômetros da costa, em mar aberto, na plataforma continental do Estado de Pernambuco, em águas pertencentes à União, foi severamente criticado pelos movimentos sociais relacionados a pesca artesanal.

Nós não queremos
Más ele está sendo rasgado
O que queremos é nosso rio preservado
Viva a vida e o meio ambiente!

2 JATOBÁ AS MARGENS DO “VELHO CHICO”

Para compreender e analisar a riqueza do texto criado e entoado pelas pescadoras após a realização de oficina de diagnóstico sobre meio ambiente, é importante conhecer um pouco mais sobre o Município Jatobá, que possui aproximadamente 280 Km² e está localizado na mesorregião do São Francisco e na microrregião de Itaparica, a aproximadamente 450 Km de Recife, capital de Pernambuco.

Trata-se de um município criado a partir de uma concentração urbana iniciada na década de 1970 por pessoas oriundas de diversos estados brasileiros para a construção da Hidrelétrica de Itaparica, quando foi edificada uma vila com 851 residências para acolher os funcionários das empresas que vieram construir a hidrelétrica. O município é resultado de um programa de desenvolvimento do governo brasileiro para a região Nordeste, nos anos 70, cujo discurso defendia a construção da usina para viabilizar o crescimento desta região⁹.

(Bomfim, 1999: 01) no texto que aborda a temática de “Movimentos Sociais de Trabalhadores no Rio São Francisco”, informa que:

Ainda em 1974 foram dados os primeiros passos para a criação de outra grande barragem, no local da antiga cachoeira de Itaparica; sendo construído em 1988, um reservatório de 150 km de comprimento alagando 834 km² de terras. Foram deslocadas cerca de 10.500 famílias - quarenta e cinco mil pessoas - das zonas urbanas e rural de 7 municípios dos estados de Pernambuco e Bahia¹⁰. O deslocamento dessa população se deu em condições menos desfavoráveis do que quando da experiência anterior¹¹. Um movimento organizativo de trabalhadores começou a se articular a partir de 1976, espelhados nos desastrosos acontecimentos ocorridos com as populações atingidas pela barragem de Sobradinho ali adiante, no mesmo rio.

Duas décadas depois de iniciadas as obras da Hidroelétrica de Itaparica, em dezembro de 1998 o Grupo Executivo para a Conclusão do Reassentamento de Itaparica (GERPI) ainda

⁹ Disponível em <<http://www.jatoba.pe.gov.br/internas/cidade/?id=12>> Acesso em 25 de junho de 2013.

¹⁰ Petrolândia, Floresta, Itacuruba, Belém do São Francisco, no estado de Pernambuco, e os de Glória, Rodelas e Chorochó, na Bahia. Três cidades desapareceram, replantadas em outros locais com os pré-nomes de Nova (Rodelas - BA, Petrolândia e Itacuruba - PE).

¹¹ Refere-se a barragem de sobradinho.

negociava com 1.680 famílias desalojadas pela barragem e que ainda não haviam recebidos os lotes irrigados. Sobre o tema, (Bomfim, 1999: 09) informa que a proposta consistia em abrir mão do recebimento de terras em projetos de irrigação e em troca receber uma compensação financeira num valor entre 20 mil US\$ e 33 mil US\$.

O autor (Bomfim, 1999: 09) descreve o confronto gerado pela nova proposta governamental e descumprimento do que havia sido combinado anteriormente¹², o que contribuiu para um posicionamento radical por parte do Polo Sindical, que ocupa o escritório da Gerência do Empreendimento Itaparica (GEI), em Jatobá- Pernambuco, fazendo 30 funcionários como reféns e reivindicando a conclusão dos projetos de irrigação em andamento.

Atualmente as principais atividades econômicas desenvolvidas em Jatobá são: 1) a pecuária, especialmente a criação de caprinos; 2) a pesca, uma produção que chega a 400 toneladas de peixe por mês e; 3) a agricultura, tendo como principais atividades às culturas temporárias de feijão, milho e mandioca¹³.

A análise de discurso dos versos escritos e entoados pelas pescadoras, destacam, a água, especialmente neste contexto em que a pesca, representa uma das três principais atividades econômicas do município e que segundo o site da prefeitura, atinge uma produção que chega a 400 toneladas de peixe por mês.

Constata-se que a Gênese do Município de Jatobá está inter-relacionada a conflitos que envolvem a expansão do setor energético, a instalação de usinas hidrelétricas e impactos sócios ambientais, neste caso no Rio São Francisco, que possui extensão de 2,8 mil quilômetros quadrados, se constitui no maior rio totalmente localizado em território brasileiro, nasce em Minas Gerais e percorre os estados nordestinos da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe. Os versos de autoria de Silvana Maria Nogueira Leite, poesia que exalta os valores e grandeza do “velho Chico” e chama a tenção aos conflitos gerados especialmente pela transposição, outro programa governamental que impacta a região.

O Rio São Francisco é uma riqueza
Nasce lá na Serra da Canastra
Corta serras, matas e vales.
Desenha o seu percurso na natureza.
Passa por aqui e banha nossa região

¹² O acordo denominado de “Acordo de 1986” definia que seria garantido: terra para irrigação; casa de moradia; terra para o criatório; assistência técnica; garantia de 2,5 salários mínimos até o início da produção; indenização justa; participação dos trabalhadores nas decisões de reassentamento.

¹³ Disponível em <<http://www.jatoba.pe.gov.br/internas/cidade/?id=16>> Acesso em 25 de junho de 2013.

Serve ao povo sua água pura
Mata a sede e molha a agricultura
E ainda, faz caminho através da navegação.
É um rio que só traz alegrias
Para as famílias do Sertão.

E, agora vem o homem
Falar em transposição
Levar as águas do rio
Para outras regiões
Que hoje sentem falta d'água
Nas casas, açudes e plantações
Devido aos problemas causados
Pelas queimadas, desmatamentos e poluições
Feitos de maneira aleatórias
No nosso "Grande Sertão Veredas"¹⁴
Mudando assim a história
Que um dia falou das grandezas.

Nestes versos, possivelmente a alusão às diferenças de classe e ao poder institucional, governamental, à possibilidade de privatização das águas e os possíveis impactos ambientais que poderiam afetar a sobrevivências dos peixes, um dos sustentáculos da economia local, esteja vinculado ao polêmico debate sobre o projeto de transposição das águas do São Francisco.

Vale ressaltar que a denominada transposição do Rio São Francisco consiste num "Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional", um empreendimento do Governo Federal, sob responsabilidade do Ministério da Integração Nacional – MI.

Dentre os aspectos polêmicos do projeto se destacam: 1) consistir numa obra cara; 2) atinge uma área restrita, somente 5% do território e 0,3% da população do semi-árido brasileiro; 3) afetará intensamente o ecossistema ao redor de todo o Rio São Francisco; 4) vai ajudar os grandes latifundiários nordestinos, pois grande parte do projeto passa por grandes fazendas e por todos os argumentos elencados não solucionará os os problemas nordestinos. Dentre os Programas Compensatórios previstos para a comunidade de pescadores/as está o Programa de Apoio ao Desenvolvimento de Atividades de Piscicultura cujo objetivo é promover o cultivo de peixes em tanques-rede para consumo local e em escala comercial.

¹⁴ Grande Sertão Veredas é um livro de João Guimarães Rosa escrito em 1956.

Parcela da sociedade tem denunciado conflitos ambientais relacionados as intervenções no Rio São Francisco que resultarão em apropriação diferenciada pelos atores sociais. Nos argumentos que envolvem crítica aos custos da obra de transposição, há que considerar especialmente os efeitos da desigualdade na escola da área, no quantitativo da população e no perfil sócioeconômico a ser beneficiado. Os textos acadêmicos e as denúncias sociais indicam que os atores sociais que receberão menos benefícios com a transposição serão os que terão que conviver diretamente com os impactos ambientais. Neste contexto algumas questões se colocam, inclusive na letra da música criada pelas pescadoras, a que conceito de desenvolvimento e projeto de sociedade se destinam os recursos naturais (Leitão et al:2008).

3 DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Retomando a letra da música entoada ao fim da oficina de diagnóstico sociambiental, na segunda estrofe de **PRESERVANDO A VIDA:**

É preciso apelar para a consciência
Muitas coisas é preciso para existência
E permanência de peixes, em rios e lagos
Até o mar já foi privatizado
Lutamos contra
É violência, está errado.

As autoras destacam a necessidade preservação de peixes, rios e lagos, mais uma vez chamam a atenção sobre a privatização dos recursos hídricos e da violência institucional. A postura crítica destas pescadoras emerge de conflitos de interesse que se iniciam especialmente com a construção da hidroelétrica e se intensificam com as vozes divergentes relacionadas aos impactos ambientais previstos na transposição do Rio São Francisco.

Sobre o tema da transposição (Agra Filho, 2008: 135) considera um caso emblemático de conflito entre Estado e Sociedade. Segundo o autor,

A determinação significativamente majoritária do Comitê da Bacia do Rio São Francisco, contrária ao uso para transposição, nas condições e destinações propostas no projeto governamental, não impediu a emissão da

licença ambiental. A licença ambiental do projeto expedida pelo IBAMA¹⁵ seguiu a aprovação do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos, composto majoritariamente pelo Governo, que desconsiderou a deliberação do referido Comitê. Esses fatos motivaram diversas ações judiciais.

Nas palavras de Agra Filho acima citadas estão presentes as verticalização das decisões institucionais, apesar dos mecanismos oficiais de participação social, tema teorizado por Bonfim (1999:19), ao afirmarem que “ todo poder de violência simbólica, isto é, todo poder que chega a impor significações e a impô-las como legítimas, dissimulando as relações de força que estão na base de sua força”.

Esta desigualdade social expressas nestas relações de poder também é teorizada por (Cattani, 2007: 77) ao destacar que esta “desigualdade socioeconômica não é medida por uma arbitrária linha de rendimentos abaixo da qual estão e situam-se os pobres e sim pelas distancias entre as posições relativas ocupadas pelos diversos segmentos da sociedade”. Posições sociais que legitimam ou não acessos, lugar de fala e legitimidade.

Na terceira estrofe de **PRESERVANDO A VIDA,**

Lutamos contra o desenvolvimento insustentável
Que mata os peixes e privatiza os nossos lagos
E o velho Chico está sendo violado

Maria das Neves, Glorinha, Ana Lúcia e Carminha fazem referencia sobre “a luta contra o desenvolvimento insustentável, que mata os peixes e privatiza os lagos e o velho Chico está sendo violado”, identifica alterações e/ou situações indesejáveis da qualidade e das condições ambientais. Essas alterações e situações indesejáveis segundo Agra Filho (2008: 3) resultam das intervenções praticadas no ambiente ou das formas de utilização de um determinado recurso natural, as quais podem comprometer outros usos deste ou de outros recursos ambientais. No caso estudado, a interferência na pesca artesanal praticada por esta comunidade de pescadoras.

No texto da letra da música, as pescadoras chamam a atenção a rejeição à intervenção, ao afirmarem “ nós não queremos, mas ele (o rio) está sendo rasgado” e destacam que

¹⁵ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, criado em 22 de fevereiro de 1989, pela Lei nº 7.735.

desejam que o rio seja preservado. Sobre esta contradição entre interesses sociais e governamentais, (Agra Filho, 2008: 03) afirma que:

Pode-se inferir que a política ambiental no Brasil está desprovida de mecanismos que propiciem a resolução de conflitos ambientais (...). Entre os fatores que contribuem para essa situação, destacam-se a precariedade e a desigualdade das condições para os representantes dos diversos interesses envolvidos participarem, ficando, assim, comprometida a participação das representações da sociedade civil. Além de, notadamente, existir tendenciosidade da parte governamental, há ainda a sua omissão no papel de mediador de um processo de negociação e construção de consenso sobre as medidas de resolução dos conflitos ambientais.

A precariedade e desigualdade na relação entre discurso, poder e legitimidade, no diálogo entre intuições e atores sociais, estão contempladas na letra de música **PRESERVANDO A VIDA**, cujas figuras de linguagem expressam no olhar da comunidade de pescadoras artesanais, os principais conflitos ambientais no Município de Jatobá, que consistem na intervenção governamental por meio de grandes projetos, no caso a expansão do setor energético, a instalação de usinas hidrelétricas e a transposição do Rio São Francisco.

Vale ressaltar que os custos com a sustentabilidade socioambiental aparentemente pode se contrapor a urgência dos lucros numa sociedade capitalista, ao aprofundar o debate sobre sustentabilidade, (Bell, 2000: 36-37) chama a atenção para a importância na relação entre meio natural e social, afirmando que “a preocupação com a proteção ambiental é certamente um elemento da sustentabilidade, mas não esgota o seu significado. O que começou com a preocupação com o meio ambiente ampliou o seu foco para abranger o desenvolvimento sustentável como um todo”.

(Pasquarelli, Rossini e Calió, 2008:75) corroboram com a argumentação da imbricação entre meio natural e social no debate sobre sustentabilidades, ao afirmarem que “a questão ambiental é uma questão socioambiental e que em lugar de desenvolvimento sustentável seria o caso de falarmos preferencialmente de sociedades sustentáveis”.

(Torreão, 2006) relaciona gênero e sustentabilidade no debate sobre os impactos ambientais na vida das mulheres, a autora valoriza a “transversalidade de gênero nas intervenções, o que inclui a participação destes atores sociais em todo processos de decisão e em todas as áreas políticas e de trabalho de uma organização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluimos que apesar de consolidado o debate sobre um modelo de desenvolvimento que se fundamente no conceito de sustentabilidade, postura cujo foco inclui a gestão descentralizada, integrada e participativa, que no caso Rio São Francisco, se constitui em recursos hídricos concebidos a partir de sua condição de bem público e econômico. No entanto o que se constata é que os conflitos ambientais ainda apresentam-se de difícil solução e mediação, considerando muitas vezes a escolha pelo modelo de desenvolvimento, que não é o sustentável, a dificuldade governamental em trabalhar a partir de gestão descentralizada, integrada e participativa e, por isso perpetuando os entraves no diálogo com os diversos atores sociais.

Por outro lado, constata-se nos resultados da oficina diagnóstico na Colônia Z-13 no Município de Jatobá, que a população estabelece um diálogo crítico sobre as contradições nos discursos e nas ações dos grandes projetos e nos sonhos destes cidadãos e cidadãs de atuarem como sujeitos sociais numa gestão descentralizada, integrada e participativa dos recursos hídricos, na direção de construir um desenvolvimento que lhes possibilite, manter a atividade de trabalho e ao mesmo tempo garantir a sustentabilidade socioambiental.

Foi constatado, nesta oficina diagnóstico, que a troca de saberes, pode contribuir em mudanças no modelo de desenvolvimento que se vem operacionalizando, neste caso específico, nos recursos hídricos do Rio São Francisco. Há por parte da população local o reconhecimento de indícios da degradação ambiental, esta consciência ambientalista pode ser ampliada por meio de canais de participação.

REFERENCIAS

AGRA FILHO, S. S. “Conflitos ambientais e os instrumentos da política nacional de meio ambiente”. In *eGesta - Revista Eletrônica de Gestão de Negócios*. Unisantos, v. 4, n. 2, abr.-jun./2008, p. 127-140. Acesso em 15 de junho de 2013. Disponível em <<http://www.unisantos.br/mestrado/gestao/egesta/artigos/149.pdf>>.

BELL, David V. J. “A cultura da sustentabilidade”. In *Ecologia, Juventude e Cultura Política: A cultura da juventude, a democratização e a ecologia nos países do cone sul*. Paulo J. Krischke, organizador. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2000, p. 27-58.

BOMFIM, Juarez Duarte. “Movimentos Sociais de Trabalhadores no Rio São Francisco”. In *Scripta Nova Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona [ISSN 1138-9788], Nº 45 (30), 1 de agosto de 1999. Acesso em 20 de junho de 2013. Disponível em <<http://www.ub.edu/geocrit/sn-45-30.htm>>.

BRASIL. Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. Lei dos Crimes Ambientais. Acesso em 10 de junho de 2013. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19605.htm>.

CATTANI, Antonio David. “Desigualdades socioeconômicas: conceitos e problemas de pesquisa”. In *Sociologia*, ano 9 nº18, jul/dez 2007, p. 74 – 99. Acesso em 22 de junho de 2013. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n18/n18a05.pdf>>.

FURTADO, Gilmar Soares; LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade e Cruz. “Lançando rede tecida e retecida na esperança de garantir peixe e sonho”. In LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade e Cruz Maria Helena Santana (organizadoras). **Gênero e Trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais**. 1 ed. Florianópolis: Editora de Mulheres, p. 221- 236, 2012.

INÁCIO, Pedro Henrique Dias e LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade e Cruz. “Pesca, Gênero e Políticas Públicas: uma introdução à história da articulação de mulheres pescadoras de Pernambuco”. In LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade e Cruz Maria Helena Santana (organizadoras). **Gênero e Trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais**. 1 ed. Florianópolis: Editora de Mulheres, p. 171-191, 2012.

JR, Vital Pasquarelli; ROSSINI, Rosa Ester; CALIÓ, Sônias Alves. “Gênero e meio ambiente: mulher, justiça ambiental e desenvolvimento sustentável”. In: PARENTE, Temis Gomes (Org.); MAGALHÃES, Hilda Gomes Dutra (Org.). **Linguagens Plurais: Cultura e Meio Ambiente**. Bauru, SP. EDUSC, 2008. P. 65 – 88.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade . “Gênero e Políticas Públicas na Pesca Artesanal de Itapissuma”. In CALLOU, A. B. F; TAUKE SANTOS. M, Sallet; GEHLEN, V.R.F. (organizadores) **Comunicação, Gênero e Cultura em Comunidades Pesqueiras Contemporâneas**. Recife, ed. Fundação Antônio dos Santos Abranches, 2009. (161-174).

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade. **30 anos de registro geral da pesca para mulheres**. Recife: Editora FASA, 2010.

LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade et al. “O desenvolvimento Humano, Ecológico, Econômico e Social em A-Ver-o-Mar”. In LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade (org.). **Extensão Rural, Extensão Pesqueira: Experiências Cruzadas**. Recife: FASA, 2008, p. 43-51.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil para análise histórica**. Recife: SOS/CORPO, 1989.



Direitos Humanos, Ética e Dignidade

18 a 24 de outubro de 2015

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa ação**. São Paulo: Ed. Cortez, 1985.

TORREÃO, Nádia. “Questões de Gênero no Desenvolvimento Local Sustentável”. In FILHO, Adalberto do R.M; PEDROSA, Ivo Vasconcelos; ASSUNÇÃO, Luis Márcio de Oliveira(org). **Gestão do desenvolvimento local sustentável**. Recife: Editora, 2006, p. 59-107.

VERAS, Dimas Brasileiro, LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade e Cruz. “Por uma articulação ambientalmente sustentável: práticas e representações da educação ambiental na articulação das mulheres pescadoras de Pernambuco”. In LEITÃO, Maria do Rosário de Fátima Andrade e Cruz Maria Helena Santana (organizadoras). **Gênero e Trabalho: diversidades de experiências em educação e comunidades tradicionais**. 1 ed. Florianópolis: Editora de Mulheres, p. 201-219, 2012.